

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	5
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	9
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	10
3.7 - Nível de endividamento	11
3.8 - Obrigações	12
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	13

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	14
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	19
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	21
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	24
4.5 - Processos sigilosos relevantes	25
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	26
4.7 - Outras contingências relevantes	27
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	28

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	29
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	30
5.3 - Descrição - Controles Internos	31
5.4 - Programa de Integridade	32
5.5 - Alterações significativas	33

Índice

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	34
6. Histórico do emissor	
6.3 - Breve histórico	35
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	36
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	37
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	38
7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista	39
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	40
7.3 - Produção/comercialização/mercados	41
7.4 - Principais clientes	42
7.5 - Efeitos da regulação estatal	43
7.6 - Receitas relevantes no exterior	44
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	45
7.8 - Políticas socioambientais	46
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	47
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	48
8.2 - Alterações na condução de negócios	49
8.3 - Contratos relevantes	50
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	51
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	52
9.1.a - Ativos imobilizados	53
9.1.b - Ativos Intangíveis	54
9.1.c - Participação em sociedades	55
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	56
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	57
10.2 - Resultado operacional e financeiro	63
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	65
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	66

Índice

10.5 - Políticas contábeis críticas	68
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	69
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	70
10.8 - Plano de Negócios	71
10.9 - Outros fatores com influência relevante	72
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	73
11.2 - Acompanhamento das projeções	74
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	75
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias	76
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	77
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	78
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	79
12.7/8 - Composição dos comitês	81
12.9 - Relações familiares	82
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	83
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	84
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm	85
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	86
13.2 - Remuneração total por órgão	90
13.3 - Remuneração variável	94
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	95
13.5 - Remuneração baseada em ações	96
13.6 - Opções em aberto	97
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	98
13.8 - Precificação das ações/opções	99
13.9 - Participações detidas por órgão	100
13.10 - Planos de previdência	101
13.11 - Remuneração máx, mín e média	102

Índice

13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	103
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	104
13.14 - Remuneração - outras funções	105
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	106
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	107
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	108
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	109
14.3 - Política remuneração dos empregados	110
14.4 - Relações emissor / sindicatos	111
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	112
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	113
15.3 - Distribuição de capital	116
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	117
15.5 - Acordo de Acionistas	118
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	119
15.7 - Principais operações societárias	120
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	121
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	122
16.2 - Transações com partes relacionadas	123
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	124
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	125
17. Capital social	
17.2 - Aumentos do capital social	126
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	127
17.4 - Redução do capital social	128
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	129
18. Valores mobiliários	
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	130
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	131

Índice

18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	132
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	133
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	134
18.8 - Títulos emitidos no exterior	135
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	136
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	137
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	138
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	139
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	140
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	141
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	142
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	143
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	144
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	145
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	146
21.3 - Responsáveis pela política	147
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	148

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

André Luís Wetzel da Silva

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Rodrigo Moretti Ramalho Câmara

Cargo do responsável

Diretor Presidente

1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1. Eu, Rodrigo Moretti Ramalho Câmara, Diretor Presidente da Wetzel S.A. Em Recuperação Judicial, declaro que revi o formulário de referência, que todas as informações contidas neste formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19 e que, o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Wetzel e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

1. Responsáveis pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

1.2. Eu, André Luís Wetzel da Silva, Diretor Executivo e de Relações com Investidores da Wetzel S.A Em Recuperação Judicial, declaro que revi o formulário de referência, que todas as informações contidas neste formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19 e que, o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Wetzel e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

1. Responsáveis pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

1.3 Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

As declarações do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores foram contempladas nos itens 1.1 e 1.2.

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	1210-6		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Sappia Auditores e Consultores		
CPF/CNPJ	19.204.243/0001-70		
Período de prestação de serviço	07/04/2016		
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Financeiras e revisões das Informações Trimestrais		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	No exercício social de 2019, correspondeu ao montante de R\$ 154.000,00 referente aos serviços de auditoria externa.		
Justificativa da substituição			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Douglas do Rosário	07/04/2016	948.583.309-15	Rua Fortaleza, 76, Cj 1D, Saguçu, Joinville, SC, Brasil, CEP 89221-650, Telefone (47) 30343010, Fax (47) 30343010, e-mail: douglas@sappia.com.br

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras

(Reais Unidade)

Exercício social (31/12/2018)

Exercício social (31/12/2017)

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

4.1 Fatores de risco que possa influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados

a) ao emissor

O principal risco em relação à Companhia refere-se a seus prejuízos acumulados e patrimônio líquido negativo, agravados nos últimos anos pelas crises econômicas que atingiram o País.

Por sua vez, a Wetzcel se encontra em Recuperação Judicial “RJ”, cujo pedido foi ajuizado em 03/02/2016 e deferido em 11/02/2016, tramitando o processo sob nº 0301750-45.2016.8.24.0038 perante a 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville/SC, sendo que o Plano de Recuperação Judicial Modificativo foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 13/06/2017 e homologado pelo Juízo em 19/07/2017.

Diante deste cenário, plenamente compreensível que as dificuldades financeiras prejudicassem o pagamento pontual de alguns tributos. Assim, em razão da inadimplência de tributos e contribuições previdenciárias (patronal) que estavam expressamente perfilhados no Programa de Recuperação Fiscal “REFIS”, aderido em 28/02/2000 e cujas parcelas vinham sendo pagas rigorosamente em dia, em 29 de setembro de 2017, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria n. 43, de 28 de setembro de 2017, por meio da qual o Delegado da Receita Federal do Brasil em Joinville/SC, decidiu excluir a Companhia do *Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2017. Por conseguinte,* conforme nota explicativa 20 – Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, parte integrante das Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2019, a Companhia reconheceu a dívida atualizada pela SELIC, correspondente ao montante de R\$ 102.601 mil.

Em 31/12/2019 os prejuízos acumulados representaram o montante de R\$ 274.536 mil e um Patrimônio Líquido Negativo no valor de R\$ 209.922 mil.

O patrimônio líquido negativo aliado à Recuperação Judicial podem gerar consequências significativas, incluindo: (1) restrição à sua capacidade de obter financiamento para capital de giro e investimentos, parcelamentos, empréstimos e repactuação de dívidas, (2) limitação do fluxo de caixa pelo receio de fornecedores e parceiros com créditos na RJ, assim, (3) limitação à sua flexibilidade de planejar ou reagir a mudanças nos negócios e setores que opera; (4) desvantagem competitiva em relação a seus concorrentes cujo nível de endividamento seja inferior.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Além disto, os efeitos de instabilidade do mercado de trabalho, bem como as regulamentações trabalhistas podem impactar no desenvolvimento das atividades da Companhia. Exemplificando, a Companhia é dependente de mão de obra, sujeita a riscos decorrentes da ocorrência de acidentes de trabalho e/ou doenças laborais dos empregados, pelos quais pode ser responsabilizada, bem como, os efeitos da instabilidade, entre outros, podem gerar greves e paralisações, além provocar alterações nas condições de acordos e convenções coletivas de trabalho. A ocorrência destas situações pode causar impacto adverso em seus resultados.

b) a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

O acionista controlador possui 97,23% das ações do capital votante e pode exercer a eleição da maioria dos membros do Conselho de Administração e controlar a administração e as políticas da Companhia.

Buscando as boas práticas de Governança Corporativa, e em cumprimento da Lei 6.404/76, o Conselho de Administração possui membros que representam os interesses dos acionistas minoritários.

Não há atividades ou negócios paralelos por parte do acionista controlador que possam comprometer ou gerar conflitos com os interesses da Companhia.

c) a seus acionistas

O atual cenário indica que os detentores das ações de emissão da Companhia não devem receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar dividendos aos seus acionistas no valor de, pelo menos, 25% do seu lucro líquido anual, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme determinado e ajustado.

Nosso Estatuto prevê que o lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, podendo ser reduzido ou não disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Ainda, a relativa volatilidade e falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de nossa emissão pelo preço e na ocasião desejados.

d) a suas controladas e coligadas

A Companhia deliberou, em 09 de novembro de 2015, sobre a descontinuidade das operações da Wetzel Univolt Indústria de Plástico Ltda., assim acredita que não há fatores de risco em relação a sua controlada.

e) a seus fornecedores

As matérias primas (principalmente o alumínio, a sucata de ferro e o plástico) são obtidas de diversos fornecedores. A aquisição de tais matérias depende de uma série de fatores, destacando-se o preço, o prazo de entrega, a qualidade e os custos de transporte. Como as principais matérias primas são commodities internacionais, um aumento do preço no mercado internacional poderá ter um efeito adverso para os negócios da Companhia.

Além disto, a Companhia não pode garantir um abastecimento contínuo e adequado de matérias primas, assim, um aumento inesperado na demanda de seus produtos pode acarretar carência de matérias primas e a Wetzel pode não conseguir atender os pedidos de seus clientes impedindo o cumprimento do programa de produção, ocasionando um impacto significativo no desenvolvimento de suas operações e nos seus resultados e consequentemente prejudicando sua relação comercial com seus clientes.

A energia elétrica e o gás também são componentes significativos para Companhia, de modo que qualquer racionamento ou aumento nos preços poderá afetá-la de maneira adversa.

f) a seus clientes

Os clientes das Unidades Alumínio e Ferro são em sua maioria montadoras e sistemistas do setor automotivo com grande expressão mundial. Quanto aos clientes da Unidade Eletrotécnica, são instaladoras, distribuidoras de material elétrico, revendedoras e construtoras, que em sua maioria são empresas de pequeno porte. Historicamente os índices de inadimplência são irrelevantes.

Assim, o negócio da Companhia encontra-se sujeito ao risco de reclamações relacionadas a danos causados por produtos, reclamações pelo descumprimento de garantias ou retiradas

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

massivas de produtos. A Companhia não pode garantir que as apólices de seguro de responsabilidade civil cubram estas reclamações ou que sejam suficientes para cobrir todas as reclamações. Portanto, qualquer reclamação fora do âmbito da cobertura das apólices de seguro pode ter um impacto significativo em sua situação financeira.

O fato da Wetzel ter homologado a aprovação do Plano de Recuperação Judicial somente no final de julho de 2017 fez com que não fosse habilitada pelas montadoras globais para fornecimento nos volumes de exportações. Sendo assim, até o trânsito em julgado da Recuperação Judicial, as unidades de negócio automotivo podem apresentar queda no faturamento.

g) aos setores de atuação

A Companhia enfrenta forte competição de concorrentes locais e internacionais em todos os setores que atua. Sua participação no mercado poderá ser reduzida caso não consiga se manter competitiva, principalmente em relação a preços.

A indústria e os mercados que a Wetzel atende estão sujeitos a variações decorrentes de fatores que estão fora de seu controle, incluindo os relacionados às condições da economia brasileira e mundial, preços de matérias primas e parte de produção da indústria automobilística. A ocorrência de retração no futuro poderá afetar adversamente as atividades e os resultados operacionais.

h) a regulação do setor de atuação

A Companhia e outras empresas da indústria de fundição estão sujeitas à legislação ambiental brasileira, federal, estadual e municipal, relativa à saúde humana, ao manejo e descarte de resíduos sólidos e perigosos e às descargas de poluentes na atmosfera e na água. Os produtores da indústria de fundição também ficam por vezes sujeitos a percepções desfavoráveis do mercado no tocante ao impacto ambiental de seu negócio, o que pode ter um efeito adverso sobre a Companhia. Caso a legislação ambiental se torne mais rigorosa no Brasil, o valor dos futuros investimentos necessários à observância de referida legislação pode aumentar substancialmente e o cronograma de tais investimentos pode ser alterado, podendo reduzir a disponibilidade de nossos recursos para outros investimentos e outras finalidades.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Somado a isto, a economia brasileira tem sido marcada por frequentes, e por vezes significativas, intervenções do Governo Federal em relação às políticas monetárias, de crédito, fiscais e outras, sendo que a Wetzel não possui controle sobre tais medidas e não pode prever quais ações o Governo Federal poderá adotar no futuro.

A Wetzel é uma companhia aberta sujeita às regulações da B3 – Bolsa, Brasil, Balcão e nos últimos anos foram estabelecidas uma série de obrigações adicionais para as companhias da categoria A no que diz respeito a governança corporativa, tais como adoção do voto à distância, Informe de Governança, entre outros, o que pode impactar diretamente nos custos de manutenção da Companhia.

i) aos países estrangeiros

A relação direta da Companhia com países estrangeiros é baixa, está basicamente nas exportações de eletroferragens que representam 2,45% das vendas totais. Porém, nossos clientes do setor automotivo são globalizados e podem ser afetados negativamente pelas oscilações nas economias, instabilidade política e ações governamentais locais, que indiretamente poderão influenciar de forma negativa nossos negócios.

j) a questões socioambientais

Em 2019 a Wetzel permaneceu certificada nas normas internacionais de gestão ambiental ISO 14001 e as suas Unidades de Negócios receberam o certificado de energia renovável por terem deixado de emitir gases de efeito estufa por intermédio da compra de energia renovável no Ambiente de Contratação Livre.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

4.2. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Conforme nota explicativa 4 “Gerenciamento de Risco dos Instrumentos Financeiros” parte integrante das Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2019, a Administração da Companhia realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios, os quais seguem:

. Risco de Crédito

Esses riscos são administrados por critérios rigorosos de análise de crédito e estabelecimento do limite de exposição para cada cliente, ajustados periodicamente conforme o comportamento do risco apresentado.

. Risco com Taxa de Juros

A Companhia monitora continuamente o comportamento das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

. Risco de Exposição Cambial Líquida e Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial

A companhia demonstra abaixo a exposição cambial contábil e demonstrativo com análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio, determinado pelas Instruções nºs 475 e 550/08 da CVM.

Risco de alta da Taxa de Câmbio	Consolidado	
	Dólar	Euro
Em 31 de dezembro de 2019		
Cientes no Mercado Externo	-	-
Dívida Bancária	5.155	1.945
Exposição Líquida - R\$ Mil	(5.155)	(1.945)
Taxa de Câmbio	4,0307	4,5290
Exposição Líquida -Cambial	(1.279)	(429)
Com ajuste de 25% no câmbio	(6.444)	(2.431)
Com ajuste de 50% no câmbio	(7.733)	(2.918)

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida nas Instruções nºs 475/08 e 550/08.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.3 Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas

A Companhia está sujeita a processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal, trabalhista e ambiental, decorrentes do curso normal das suas operações, sendo aqueles: (i) que não estão sob sigilo; e (ii) que são relevantes para os negócios da Companhia discriminados abaixo:

I) Tributário

Tributário	
a. Juízo	Vara Federal de Execuções Fiscais e Juizado Especial Federal Cível
b. Instância	2ª Instância - Justiça Federal da 4ª Região
c. Data de instauração	26/01/2010
d. Partes do processo	Autor: União - Fazenda Nacional Réu: Wetzel S/A
e. Valores bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R\$ 41.265 mil em 31/12/2010.
f. principais fatos	A ação tem por objeto a cobrança de valores de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Eventual decisão desfavorável poderá gerar prejuízo financeiro à companhia, face aos valores em discussão.
4.3.1 Valor Provisionado	R\$ 36.247 mil

II) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia era parte passiva em 61 ações trabalhistas, sendo que a maioria dos processos se refere a pedidos de adicional extraordinário em virtude de intervalos intrajornada e interjornadas, adicionais de insalubridade e periculosidade, acidente de trabalho e verbas rescisórias, onde os valores envolvidos individualmente não são significativos, não havendo, portanto, nenhum processo trabalhista relevante.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.3.1 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

Conforme nota explicativa 18 das Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019, com base em informações dos assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e experiências anteriores, a Companhia constituiu provisão para aquelas contingências que apresentam perdas avaliadas como prováveis:

	Trabalhistas	Tributárias	Total
Em 31 de dezembro de 2018	915	36.240	37.155
Depósitos Judiciais Relacionados	382	-	382
Efeito Líquido em 31 de dezembro de 2018	533	36.240	36.773
Constituição de provisões	-	807	807
Provisões utilizadas	(365)	-	(365)
Em 31 de dezembro de 2019	550	37.047	37.597
Depósitos Judiciais Relacionados	13	-	13
Efeito Líquido em 31 de dezembro de 2019	537	37.047	37.584

As contingências tributárias estão relacionadas principalmente as discussões judiciais relativas aos impostos federais (IRPJ, CSLL, IPI e COFINS).

Contingências Tributárias	31/12/2019	31/12/2018
Processos RFB	800	1.278
Processos PGFN	36.247	34.962
Total	37.047	36.240

O valor provisionado referente Processos PGFN, trata-se da discussão a título de IRPJ e CSLL (Processo nº 0000254-03.2010.404.7201) que já teve sentença publicada em 2013 com efeito suspensivo diferido por meio da oposição dos Embargos à Execução nº 5001542-61.2011.404.7201, havendo assim uma redução de 39,20% sobre o montante originalmente exigido. Portanto, continua sendo provisionado o saldo remanescente que se mantém em discussão.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

O Processo encontra-se no Tribunal Regional Federal da 4ª Região para apreciação dos Recursos de Apelação, tanto pela Companhia quanto pela União. O feito está garantido por meio de penhora de bens móveis e imóveis.

Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes, no montante estimado de R\$ 700, cujo risco de perda foi avaliado como “possível” e para os quais não foram constituídas provisões.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

4.4. Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, não estão sob sigilo e cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de seus controladores

A Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

A Companhia não possui processos sigilosos relevantes.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

4.6. Processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, em que a Companhia ou suas controladas são partes, não estão sob sigilo e em conjunto são relevantes para seus negócios.

A Companhia não possui processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, além dos processos judiciais ou administrativos mencionados nos itens 4.3 acima.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. Descrição de outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

Não há outras informações ou contingências relevantes em relação ao presente item 4 que não tenham sido divulgadas pela Companhia nos itens acima.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

4.8. Regras do país de origem do emissor estrangeiro e regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem.

Não aplicável à Companhia, tendo em vista que a Companhia é emissor nacional, com sede no Brasil e seus valores mobiliários são custodiados neste país.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Comentários sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

No ano de 2019 a Receita Operacional Líquida consolidada totalizou R\$ 179,1 milhões, mostrando um aumento de 9,9% em relação ao ano anterior (R\$ 162,9 milhões). Quando analisado o volume (tonelagem), foram faturadas 9.830 toneladas em 2019 contra 9.682 toneladas em 2018, contabilizando apenas a tonelagem de metais produzidos – alumínio, ferro e ligas especiais – e não sendo levado em consideração a tonelagem de produtos em PVC comercializados pela unidade Eletrotécnica.

O Prejuízo Líquido consolidado da Companhia foi de R\$ 39,1 milhões, representando -21,8% da sua Receita Líquida. Em comparação, em 2018 tivemos um prejuízo consolidado de R\$ 32,4 milhões, equivalente a -19,9% da receita operacional líquida.

No exercício de 2019 a geração de caixa operacional pelo conceito EBITDA (calculado segundo a metodologia definida pela CVM no Ofício Circular 01/07), atingiu R\$ 9,0 milhões negativos, representando -5,0% da receita operacional líquida do ano, enquanto os valores apurados no ano de 2018 atingiu R\$ 8,8 milhões negativos, que representou -5,4% da receita operacional líquida. Portanto, no ano de 2019, esse indicador teve uma piora de 0,4 pontos percentuais em relação à receita operacional líquida de cada período analisado.

Recuperação Judicial

Em 03 de fevereiro de 2016 a empresa ajuizou pedido de Recuperação Judicial;

Em 11 de fevereiro de 2016 o pedido foi deferido pelo juiz da 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville, fato este publicado em 02/03/2016 no Diário de Justiça Eletrônico (DJe);

O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado e também publicado no Diário de Justiça Eletrônico (DJe) em 15/06/2016;

A AGC – Assembleia Geral de Credores, convocada para 18/10/2016 não foi instalada por insuficiência de quórum qualificado;

A AGC convocada para 22/11/2016 foi instalada com quórum simples, mas teve pedido de suspensão pelo Credor Banco do Brasil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Também foram suspensas a pedido de credores as AGC(s) datadas de 23/02/2017 e 25/04/2017, ambas em continuidade à AGC instalada em 22/11/2016.

Em 13/06/2017 foi efetuada a continuação da Assembleia Geral de Credores, realizou-se a votação do Plano de Recuperação Judicial e seu modificativo na forma da lei, os ausentes tiveram os votos computados com abstenção e por consequência foram retirados da base de cálculo da votação e os presentes tiveram seus votos registrados por meio eletrônico. Na votação obteve-se aprovação do plano por 100% da classe trabalhista, 100% da classe de credores de garantia real, 59,52% dos credores quirografários e 91,66% da classe de microempresas ou empresas de pequeno porte. Sendo assim, sem oposição dos presentes foi proclamado a aprovação do Plano de Recuperação Judicial e seu modificativo, na forma do art. 42 da Lei 11.101/2005.

O Plano de Recuperação Judicial Modificativo, aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 13/06/2017, homologado pelo Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville (SC), foi publicado no Diário de Justiça Eletrônico nº 2635, págs. 943 - 946 em 28/07/2017. A decisão homologatória apresentou ressalvas quanto a pontos específicos constantes no Plano de Recuperação Judicial e foi objeto de agravos de instrumento interpostos pela Wetzel e por dois credores quirografários (Banco do Brasil e Banco Santander). Em 24/05/2018 foi negado provimento aos recursos dos Bancos, decidindo os Desembargadores pela manutenção da decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores. O Agravo de Instrumento interposto pela Wetzel continua pendente de decisão judicial em segunda instância.

Independente dos recursos, o Plano de Recuperação Judicial, naquilo que não foi afetado pelas pendências citadas, está sendo cumprido e, especificamente, foram realizadas compensações de créditos com clientes/fornecedores, bem como já foram pagos, antecipadamente, créditos habilitados na Classe I (trabalhistas do 1º e 2º e 3º lote), Classe IIIA (quirografários até R\$ 5.000,00) e Classe IVA (microempresas e empresas de pequeno porte até R\$ 5.000,00). Ainda, estão sendo pagos os créditos da Classe I (trabalhistas) que compõem o 4º lote de antecipações e a Companhia vem pagando regularmente as parcelas do crédito da Classe II (créditos com garantia real) respeitando o disposto no Plano Modificativo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial Modificativo, em paralelo está sendo constituída provisão de correção monetária para os créditos com garantia real (Classe II) e créditos quirografários de credores por aluguéis de imóveis operacionais (Subclasse IIIC). Em 2019 o montante da provisão dessas correções monetárias corresponde a R\$ 1.143. Com relação às demais classes, a correção monetária ocorrerá a partir do trânsito em julgado da decisão de concessão da recuperação judicial.

Paralelamente, ainda em 2019 e em razão do quadro macroeconômico do país havido após a homologação do plano, a Companhia requereu convocação de nova Assembleia Geral de Credores para discutir e deliberar sobre modificações ao Plano de Recuperação, de modo a adequá-lo às circunstâncias de mercado. A AGC foi instalada no dia 13/11/2019 em 2ª Convocação, mas suspensa para janeiro/2020.

b) Estrutura de capital

Não há previsão para a realização a curto prazo de hipótese de resgate de ações.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Desde a data de ajuizamento do pedido de recuperação judicial, datado de 03 de fevereiro de 2016, a empresa vem honrando seus compromissos financeiros sem a captação de novos empréstimos bancários, fazendo-se valer apenas do desconto de duplicatas junto a FIDC(s) e descontos sacados diretamente nos bancos dos clientes como forma de adequar o descompasso do fluxo de caixa entre recebimentos e pagamentos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

A principal fonte de capital de giro são os seus recebíveis, com antecipações e/ou descontos quando necessários. Para os investimentos, a empresa tem obtidos linhas de leasing (arrendamento mercantil) e complementado com financiamentos diretos com os próprios fornecedores e linhas de crédito de médio prazo junto às instituições financeiras.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Conforme letra d acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

I. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Circulante	Modalidade	Taxa Média	Garantia	Controladora		Consolidado	
				31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Finame		Taxas Pré fixadas de 2,5%aa até taxas pós fixadas de 7% aa		6.563	5.739	6.563	5.739
BRDE/BADESC		IGP-m + 6,5% aa	Alienação Fiduciária/Duplicatas	2.622	2.621	2.622	2.621
Capital de Giro - Pré-Pagto		Libor + 3,30%aa	Imóveis / Aval	3.009	3.009	3.009	3.009
Capital de Giro e NCE		Taxa Pré-fixada de 0,96 a 1,497%am	Duplicatas	11.465	14.045	11.465	14.045
Prodec I		50% IGPm + 4% aa	Aval	23.263	20.834	23.263	20.834
Prodec II		Variação da UFIR + 1% aa	Aval	5.124	5.124	5.124	5.124
Financ. Direto com Fornec.		-	-	3.596	3.314	3.596	3.314
ACC		VC + 4,10% aa	-	2.146	2.146	2.146	2.146
Leasing		VC + 6,483%aa	Aval / Duplicatas	397	320	397	320
Duplicatas Descontadas		1,50 a 1,53%am	Duplicatas	4.380	3.796	4.380	3.796
Fomento		1,70 a 1,80%am	Duplicatas	3.529	2.413	3.529	2.413
Leasing		VC + 6,483%aa	Alienação Fiduciária	-	-	1.945	1.945
Total do Circulante				66.094	63.361	68.039	65.306

Modalidade	Taxa Média	Garantia	Controladora		Consolidado	
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Finame		Taxas Pré fixadas de 2,5% aa até Taxas Pós fixadas de 7% aa	1.138	1.958	1.138	1.958
Capital de Giro e NCE		Taxa Pré-fixada de 0,96 a 1,497%am	2.851	125	2.851	125
Prodec I		50% IGPm + 4% aa	2.094	3.770	2.094	3.770
Financ. Direto com Fornec.		-	3.741	5.154	3.741	5.154
Leasing		DI + 7,4052%aa	415	780	415	780
Total do Não Circulante			10.239	11.787	10.239	11.787

Total de Empréstimos e Financiamentos	76.333	75.148	78.278	77.093
--	---------------	---------------	---------------	---------------

Por Data de Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Em até 6 meses	63.431	59.443	65.376	61.388
De 6 meses a 1 ano	2.663	3.918	2.663	3.918
De 1 a 2 anos	5.944	4.858	5.944	4.858
De 3 a 5 anos	4.185	6.858	4.185	6.858
Acima de 5 anos	109	71	109	71
Total de Empréstimos e Financiamentos	76.333	75.148	78.278	77.093

Por Tipo de Moeda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Reais - R\$	71.178	69.993	71.178	69.993
Dólar Norte-Americano - US\$	5.155	5.155	5.155	5.155
Euro - EUR	-	-	1.945	1.945
Total de Empréstimos e Financiamentos	76.333	75.148	78.278	77.093

Por Indexação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Taxas Pré-Fixadas	36.535	35.978	36.535	35.978
Taxas-Pós Fixadas	39.798	39.170	41.743	41.115
Total de Empréstimos e Financiamentos	76.333	75.148	78.278	77.093

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	75.148	69.601	77.093	71.546
Captação de Empréstimos e Financiamentos	64.318	39.036	64.318	39.036
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(58.572)	(34.954)	(58.572)	(34.954)
Juros sobre Empréstimos Pagos	(6.287)	(371)	(6.287)	(371)
Juros sobre Empréstimos	1.726	1.833	1.726	1.833
Saldo Final	76.333	75.148	78.278	77.093

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

II. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Vide demonstrativo acima. Com exceção dos itens Duplicatas Descontadas, Fomento (capital de giro “clean”) e Leasing (parte circulante e restante não circulante 2019), os demais valores referem-se a dívidas assumidas antes do pedido de recuperação judicial.

III. Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação entre as dívidas.

IV. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Nos contratos de financiamento em vigor, não existem cláusulas e condições significativas que possam causar restrições e/ou limitações na gestão da Companhia.

g) Limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

A companhia possui limites disponíveis e suficientes para operações de antecipações de recebíveis, fomentos (Capital de giro) e desconto de duplicatas junto à clientes de grande porte, bancos e Fidcs. A empresa não tem acesso às linhas de órgãos públicos para longo prazo destinadas especialmente à investimentos.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

I. A Receita Operacional Líquida consolidada totalizou R\$ 179,1 milhões, mostrando um aumento de 9,9% em relação ao ano anterior (R\$ 162,9 milhões).

II. O Custo dos produtos vendidos foi de 91,6% sobre a receita líquida, contra 91,5% obtido em 2018, representando um aumento de 0,1 pontos percentuais, demonstrando a manutenção dos custos de produção em relação à receita líquida.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

III. O resultado da atividade quando analisado em relação ao ano anterior, manteve-se igual em valores absolutos, sendo que tanto 2019 como 2018 foi de R\$ 13,5 milhões negativos.

IV. O resultado operacional antes do resultado financeiro foi de R\$ 13,6 milhões negativos, uma redução de 20,6% em relação a 2018 quando atingiu o valor de R\$ 17,1 milhões negativos.

V. No resultado líquido do exercício consolidado foi apurado prejuízo de R\$ 39,1 milhões. No exercício de 2018 foi apurado R\$ 32,4 milhões de prejuízo.

VI. A geração de caixa operacional pelo conceito EBITDA, a geração de caixa operacional atingiu R\$ 9,0 milhões negativos, representando -5,0% da receita operacional líquida do ano de 2019.

VII. No Ativo Circulante destaca-se o aumento de R\$ 2,2 milhões no saldo da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa e também se destaca o aumento de R\$ 2,0 milhões no saldo da conta clientes.

VIII. No Ativo Não-Circulante destaca-se a redução de Partes Relacionadas no valor de R\$ 0,8 milhões.

IX. No Passivo Circulante destaca-se o aumento de R\$ 2,7 milhões em Empréstimos e Financiamentos, além do incremento de R\$ 26,0 milhões de Obrigações tributárias e Obrigações sociais e redução de R\$ 2,2 milhões de impostos parcelados.

X. No Passivo Não-Circulante destaca-se o aumento de R\$ 11,2 milhões na conta Refis, ocorreu redução de R\$ 1,2 milhões de impostos parcelados e redução de R\$1,0 milhão de Obrigações sociais

As variações ocorridas nas demais contas permaneceram dentro dos limites da normalidade.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Comentários sobre:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Nas Unidades Ferro e Alumínio a Companhia possui parcela relevante de sua receita voltada para o segmento automotivo, em especial, para a linha de caminhões, e na Unidade Eletrotécnica são produzidos e comercializados produtos fundidos em alumínio e PVC voltados para aplicação em instalações elétricas industriais, os quais são vendidos para grandes distribuidores de materiais elétricos e instaladores em obras de engenharia.

II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Apesar da redução dos prejuízos operacionais, ainda não foi possível atingir o equilíbrio devido à fatores importantes, tais como:

- O nível de ocupação da capacidade produtiva continua abaixo do desejado, especialmente no setor automotivo;
- A empresa vem atuando fortemente para reduzir e adequar suas despesas operacionais (ocorreu uma forte redução de 4 p.p. sobre a ROL quando comparamos os resultados de 2019 e 2018), demonstrando uma curva descendente, ainda insuficiente, mas importante para o atingimento do equilíbrio, visto se tratar de uma tendência para 2020.
- Por outro lado, também afeta significativamente os resultados operacionais, o descompasso entre os reajustes de preços e custos – tivemos aumentos de custos conforme contratos de fornecimento, de serviços e acordos coletivos, sem ter o correspondente crescimento necessário no nível das vendas (preços e volumes), causando um impacto direto no Lucro Bruto. Esse descompasso entre Receita e Custo não pode ser absorvido pelas Despesas Operacionais, causando impacto direto no resultado da atividade.

Apesar do crescimento da receita em 2019 (cerca de 7%), ainda não atingimos volumes necessários para estabilizar o nível de produção e conseqüentemente aumentar a produtividade com ganhos mais significativos de diluição da estrutura fixa.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A empresa não tem por regra a contratação de hedging cambial ou derivativos financeiros, haja vista o baixo volume de exportações. Para produtos do mercado de autopeças existe a regra de repasse trimestral do aumento de matéria-prima, que é balizado pela L.M.E. – Bolsa de Metais de Londres e pela taxa R\$/ USD. Para a Mão de Obra aplicada, o repasse é anual, baseado no acordo coletivo da categoria. Nos demais componentes dos custos a negociação é feita caso a caso pelo Departamento Comercial com base no índice geral de preços – IGP-m. A empresa, através de seu Departamento Comercial fez e continua fazendo negociações com os principais clientes visando a recomposição de margens de produtos com ajustes diferenciados nos preços.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

O ano de 2019 foi marcado pela expectativa da administração do novo governo eleito, especialmente pela aprovação das reformas propaladas (Previdência e Tributária), que deveriam impactar os agentes econômicos sobre a confiança de novos negócios e investimentos. Apesar da aprovação da reforma da Previdência, que não teve os impactos no curto prazo, temos ainda o cenário pouco otimista do mercado mundial prevalecido, arrefecendo movimentos de crescimento da economia, com a confirmação de elevação do PIB nacional de apenas 1,1% sobre o ano anterior, claramente frustrando o mercado.

Diante de um cenário internacional adverso, a taxa de câmbio (Dólar x Real) foi instável ao longo do ano, com um movimento de apreciação do Real mais forte no final do ano, causando impacto nos preços e custos de nossas principais matérias primas.

Câmbio é componente da formação do custo de aquisição de matéria prima das unidades de Alumínio e Eletrotécnica.

Positivamente, ocorreu a manutenção consistente de queda da principal taxa de juros que baliza o mercado financeiro, a Selic, que atingiu o patamar no final do ano de 4,5% aa.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional:

No ano de 2019 não houve qualquer aquisição ou alienação de Unidades Produtivas Individuais – U.P.I.(s). Entretanto, essa possibilidade não está descartada, caso venha a impactar positivamente na viabilidade econômica da empresa.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

No ano de 2019 não houve qualquer movimentação no sentido de busca por parceiros estratégicos. Contudo, da mesma forma que o item anterior, essa situação poderá vir a ocorrer caso isso traga viabilidade econômica e financeira para a Companhia.

c) Eventos ou operações não usuais:

No ano de 2019, não tivemos nenhuma operação alheia aos objetivos normais dos negócios da empresa.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4. Comentários sobre:

I - Mudanças significativas nas práticas contábeis:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela NBCTG – Normas Brasileiras de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial de acordo com a legislação brasileira vigente.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas:

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pela NBCTG – Normas Brasileiras de Contabilidade e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe parcela de “lucro não realizado nos estoques” entre Controladora e Consolidado, não há diferenças no patrimônio líquido nem no resultado apurados entre Controladora e Consolidado. Portanto, a Companhia optou por apresentar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

II - Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Nada a destacar.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**III - Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor:**

A Auditoria Externa emitiu o relatório sem ressalvas. Adicionalmente foram informadas três ênfases. A ênfase nº 1 apresenta que de acordo com as demonstrações financeiras, a companhia encerrou o 4º trimestre de 2019 com um Passivo a Descoberto de R\$ 208.359 – controlada e R\$ 209.922 – consolidado. A ênfase nº 2 trata-se da recuperação judicial da Wetzel que já foi mencionado na nota explicativa nº 33. A ênfase nº 3 trata da descontinuidade das operações da controlada “Wetzel Univolt Indústria de Plásticos Ltda”, onde a base de preparação das demonstrações financeiras partiu do pressuposto de liquidação de ativos e passivos da mesma.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

Nada a destacar.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off - balance sheet items), tais como: i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre quais a companhia mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não há qualquer transação indicada acima que não apareça no balanço patrimonial.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não ocorreram.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Já evidenciado no item 10.6 e adicionalmente em nota explicativa nº 18 “Provisões para Contingências” que fazem parte das demonstrações financeiras findas em dezembro 2019.

b) natureza e o propósito da operação

Já evidenciado no item 10.6 e adicionalmente em nota explicativa nº 18 “Provisões para Contingências” que fazem parte das demonstrações financeiras findas em dezembro 2019.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Já evidenciado no item 10.6 e adicionalmente em nota explicativa nº 18 “Provisões para Contingências” que fazem parte das demonstrações financeiras findas em dezembro 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Previsão de aquisições de centros de usinagem para atender às demandas de novos produtos nomeados pelos clientes.

ii. fontes de financiamento dos investimentos:

Necessidades de investimentos em 2020 deverão ser realizados com recursos próprios, financiamento direto com fornecedores e financiamentos bancários.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

Para restaurar a saúde financeira da companhia existe a possibilidade de alienação parcial ou total de uma ou mais unidades de negócio – UPI (s) – Unidades Produtivas Individuais, bem como a alienação de propriedades para investimento como forma de pagamento de dívidas sujeitas à Recuperação Judicial.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Nada a declarar.

c) Novos produtos e serviços:

A Wetzel intensificou o desenvolvimento das linhas de iluminação industrial em led, que é um marco importante em participação na construção de novos galpões industriais, obras de infraestrutura e na reposição de instalações industriais que utilizavam iluminação convencional e passaram a utilizar iluminação led, gerando assim, para essas empresas, uma importante redução no consumo de energia elétrica.

Para 2020, a empresa planeja aumentar investimentos e esforços nesta direção.

As luminárias led, foram desenvolvidas pela sua equipe de engenheiros e técnicos e são fabricadas nas instalações da Wetzel.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Em 2019, já começaram a aparecer os resultados da consolidação do programa SWP – Sistema Wetzel de Produção, sistema que comporta todos os programas de controles e melhorias de processo das fábricas tais como: Kaizen, O.E.E. e células-padrão de produção, reforçado por investimentos pontuais e direcionados, possibilitando melhorias de produtividade e redução de custos operacionais.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Rodrigo Moretti Ramalho Câmara	31/05/1983	Pertence apenas à Diretoria	28/04/2020	3 anos	0
297.412.668-55	Empresário	10 - Diretor Presidente / Superintendente	28/04/2020	Sim	0%
Fernando Cesar Moreira	24/11/1959	Pertence apenas à Diretoria	28/04/2020	3 anos	0
233.831.433-68	Economista	19 - Outros Diretores Diretor Administrativo Financeiro	28/04/2020	Sim	0%
Eloi Jensen	22/11/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2020	3 anos	1
294.082.539-49	Bacharel em Direito	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2020	Não	100%
Susanna Bender	15/08/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2020	3 anos	2
304.529.539-87	Advogada	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	28/04/2020	Sim	100%
André Luís Wetzel da Silva	09/12/1967	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	28/04/2020	3 anos	6
421.788.439-72	Advogado e Industrial	39 - Outros Conselheiros / Diretores Presidente do Conselho de Administração e Diretor Executivo e de Relações com Investidores	28/04/2020	Sim	100%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Rodrigo Moretti Ramalho Câmara - 297.412.668-55

Sr. Rodrigo é formado em Administração de Empresas, com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Possui experiência como Executivo no segmento bancário e industrial automotivo. É Presidente da Empresa Cote D Azur S/A que atua na área de Consultoria Administrativa (gestão, administração e reestruturação de empresas. O Sr Rodrigo não sofreu, nos últimos cinco anos i. qualquer condenação criminal; ii qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Rodrigo declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes.

Fernando Cesar Moreira - 233.831.433-68

Graduado em Economia pela Universidade Federal do Ceará e pós-graduado em Administração de Empresas e Finanças pela FECAP/SP, com cerca de 30 anos de atuação e expertise nas áreas Administrativa, Financeira e Industrial em grandes empresas Nacionais. Exerceu cargos de Direção Administrativa e Financeira nas Empresas Pesqueira Pioneira da Costa S/A e Ducôco Alimentos e Bebidas S/A. O Sr Fernando

não sofreu, nos últimos cinco anos i. qualquer condenação criminal; ii qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Fernando declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes.

Eloi Jensen - 294.082.539-49

Sr. Eloi é Bacharel em Direito pela universidade Federal de Santa Catarina, com pós-graduação em Comércio Exterior pela Universidade de Blumenau-SC e em MBA Executivo em Gestão e Negócios do Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal de Lavras - MG. Funcionário aposentado do Banco do Brasil S/A, atualmente atua como profissional independente de serviços financeiros. O Sr. Eloi não sofreu, nos últimos cinco anos i. qualquer condenação criminal; ii qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Eloi declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes.

Susanna Bender - 304.529.539-87

Susanna Bender é Advogada, com licenciatura em Filosofia Ciências e Letras, possui mais de dez anos de experiência profissional como administradora de bens e coordenadora de processos administrativos. Atuou como Conselheira Fiscal da Companhia durante 5 (cinco) anos; é Diretora de Comunicação do Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais - IEPES desde 2014 e Administradora da Empresa Beta Administradora de Bens Ltda desde 2002. Nenhuma dessas sociedades/instituições (IEPES e Beta) integram o grupo econômico da Companhia, nem são controlados por acionista da Companhia que detém, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário de emissão da Companhia. A Sra. Susanna não sofreu, nos últimos cinco anos i. qualquer condenação criminal; ii qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Susanna declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes.

André Luís Wetzel da Silva - 421.788.439-72

André Luís Wetzel da Silva é Advogado formado pela Faculdade de Direito de Joinville e Pós-Graduado em Gestão Empresarial pela FGV; está na companhia desde 1990 e foi eleito Diretor Vice-Presidente em 2002 exercendo o cargo até 2012. Em dezembro de 2012 foi eleito Diretor Presidente da Companhia e em 2014 passou a exercer também a função de Presidente do Conselho de Administração. É Diretor Adjunto da CWS Participações S/A sociedade controladora da emissora. O Sr. André declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Rodrigo Moretti Ramalho Câmara - 297.412.668-55	
N/A	
Fernando Cesar Moreira - 233.831.433-68	
N/A	
Eloi Jensen - 294.082.539-49	
N/A	
Susanna Bender - 304.529.539-87	
N/A	
André Luís Wetzel da Silva - 421.788.439-72	
N/A	

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois não há Comitês

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

Não há uma política formal, mas a prática de remuneração da Companhia, no que tange aos membros do Conselho de Administração, Diretores estatutários e não estatutários e membros do Conselho Fiscal, objetiva oferecer aos diretores, proventos equivalentes aos oferecidos pelo mercado. O Conselho de Administração é remunerado. A remuneração do Conselho Fiscal (quando instalado) corresponde a 10% do valor da remuneração da diretoria, de acordo com a legislação.

i. Conselho de Administração

Os Conselheiros recebem remuneração fixa, de forma igualitária, a qual é estabelecida de acordo com a legislação e padrões de mercado, além de reembolsos de todas as despesas de estadia e locomoção vinculadas ao exercício das atribuições que fora eleito. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração poderão perceber remuneração maior em razão das atribuições e responsabilidades assumidas.

ii. Diretoria

Os membros da Diretoria estatutária da companhia recebem remuneração fixa anual, a título de honorários, cujo valor individual mensal é fixado pelos membros do Conselho de Administração.

Os membros da Diretoria não estatutária, regidos pela CLT, percebem remuneração mensal de acordo com a política de cargos e salários da Companhia, alinhada às práticas de mercado.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

iii. Conselho Fiscal

A remuneração do Conselho Fiscal é fixada na Assembleia Geral que aprovar a sua instalação e eleger os seus membros, devendo ser respeitado o mínimo legal, ou seja, a remuneração do Conselho Fiscal em funcionamento não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefício e participação nos lucros.

b) composição da remuneração indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Não há outros elementos de remuneração além dos salários e pró-labore – que correspondem à remuneração mensal exclusivamente.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Não se aplica, pois há somente um elemento de remuneração

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Aplicação do percentual equivalente ao acordado em convenção coletiva de trabalho da categoria profissional entre o Sindicato Laboral e Patronal.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Não se aplica

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A Companhia não utiliza indicadores de desempenho na determinação da remuneração.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração**d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

A Companhia não possui programa de remuneração baseado em indicadores de desempenho.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Política de remuneração alinhada às práticas de mercado.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Inexiste na Companhia remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Inexiste na Companhia remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

O Conselho de administração defini a remuneração individual dentro do montante global fixado anualmente pela Assembleia Geral de Acionistas para pagamento da remuneração mensal dos administradores.

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Não há

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Não há

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não há

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00		6,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00		6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	350.000,00	1.650.000,00		2.000.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	350.000,00	1.650.000,00		2.000.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00		6,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	129.000,00	1.183.000,00		1.312.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Quantidade de conselheiros remunerados, não incluindo o membro que acumula função na diretoria executiva e é remunerado exclusivamente pela função de diretor.	Número de membros corresponde à média anual apurada com base na quantidade de membros mês a mês.		
Total da remuneração	129.000,00	1.183.000,00		1.312.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,50		5,50
Nº de membros remunerados	2,00	2,50		4,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	125.000,00	1.157.000,00		1.282.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação		Nº de membros corresponde à média anual apurada com base na quantidade de membros mês a mês		
Total da remuneração	125.000,00	1.157.000,00		1.282.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00		5,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	121.000,00	1.131.000,00		1.252.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Quantidade de conselheiros apresenta apenas os conselheiros remunerados, não incluindo o membro que acumula função na diretoria executiva e é remunerado exclusivamente pela função de diretor.			
Total da remuneração	121.000,00	1.131.000,00		1.252.000,00

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não há remuneração variável para o conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

Não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

10.6. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off - balance sheet items), tais como: i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre quais a companhia mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não há qualquer transação indicada acima que não apareça no balanço patrimonial.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não ocorreram.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não houve remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Não há remuneração baseada em ações (opções exercidas e ou ações entregues) do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

31/12/2019	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%
Conselho de Administração	73	0,0106	114.832	8,3697
Diretoria	442	0,0644	4.023	0,2932
Conselho Fiscal	0	0,0000	0	0,0000
Outros	685.486	99,9249	1.253.147	91,3371

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

13.10 Em relação aos planos de previdência

Atualmente não existe plano de previdência em vigor.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	2,50	2,00	2,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,50	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
Valor da maior remuneração	679.000,00	651.000,00	617.120,00	64.740,00	62.400,00	60.320,00
Valor da menor remuneração	32.000,00	506.000,00	513.420,00	64.740,00	62.400,00	60.320,00
Valor médio da remuneração	473.200,00	578.000,00	565.270,00	64.740,00	62.400,00	60.320,00

Observação**Diretoria Estatutária****Conselho de Administração****31/12/2017**

Número de membros remunerados não inclui o membro que acumula função na diretoria executiva e é remunerado exclusivamente pela função de diretor.

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive conseqüências financeiras para o emissor)

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não houve remuneração na Controlada para membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretoria estatutária, que sejam partes relacionadas aos controladores.

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não houve remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração**13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

A Companhia esclarece que as diferenças entre a proposta de remuneração para 2019 (R\$ 2.000 mil) e a remuneração efetivamente realizada no exercício (R\$ 1.312 mil), constantes do item 13.2 do FR decorreram da não correspondência entre o período da proposta (de uma AGO a outra) e o período da efetiva apuração (exercício social de 2019), pela manutenção de apenas 2 (dois) membros exclusivos para o Conselho de Administração e pelo acúmulo de funções do Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração, remunerado exclusivamente pela função de Diretor.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
107	0,016	217	0,016	324	0,016	
BRDE Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul						
92.816.560/0001-37	Brasileira-SC	Não	Não	01/10/2015		
0	0,000	297.444	21,680	297.444	14,453	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
CLUBE DE INVESTIMENTOS SOL						
01.038.051/0001-75	Brasileira-SP	Não	Não	23/07/2020		
0	0,000	147.308	10,736	147.308	7,158	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
CWS Participações S/A						
18.413.128/0001-42	Brasileira-SC	Não	Sim	01/10/2015		
666.955	97,224	271.720	19,805	938.675	45,611	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Eloi Jensen						
294.082.539-49	Brasileira-PR	Não	Não	31/07/2020		
0	0,000	56.000	4,081	56.000	2,721	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
18.939	2,760	599.313	43,682	618.252	30,041	
TOTAL						
686.001	100,000	1.372.002	100,000	2.058.003	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
CWS Participações S/A				18.413.128/0001-42		
André Luís Wetzel da Silva						
421.788.439-72	Brasileira-SC	Não	Não	31/10/2018		
1.461.840	100,000	274.010	18,744	1.735.850	59,372	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Cachoeira Arrendamentos e Armazéns Gerais Ltda						
84.685.064/0001-63	Brasileira-SC	Não	Não	29/05/2015		
0	0,000	1.187.830	81,256	1.187.830	40,628	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.461.840	100,000	1.461.840	100,000	2.923.680	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/04/2020
Quantidade acionistas pessoa física	564
Quantidade acionistas pessoa jurídica	19
Quantidade investidores institucionais	10

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	18.866	2,750%
Quantidade preferenciais	985.233	71,810%
Total	1.004.099	48,757%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.